

A diplomacia no governo Cardoso

GAZETA MERCANTIL

6 NOV 1994

por Maria Helena Tachinardi
de Buenos Aires

O Brasil não deve ficar na periferia das decisões tomadas nos grandes foros internacionais. Essa deverá ser a tônica da diplomacia brasileira no governo do presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso.

Em entrevista concedida ontem à tarde em Buenos Aires, antes de embarcar para Montevidéu, Cardoso disse que considera provável o ingresso do País na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), um clube de nações estáveis, do qual participam os países desenvolvidos. O México já foi aceito na OCDE e a Argentina se prepara para ser o próximo sócio.

O Brasil também está disputando uma vaga permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU) e ontem o presidente eleito aventou a possibilidade de o País aderir ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), que vem sendo considerado até

então discriminatório pela diplomacia brasileira.

"Um país como o Brasil tem peso específico grande e deveria olhar para sua participação crescente nos foros dos países desenvolvidos", afirmou Cardoso. "Quem sabe poderemos estar juntos com a Argentina na OCDE e na organização do armamento atômico", disse. A Argentina pretende aderir ao TNP antes de abril para poder participar da conferência de revisão do tratado. Apesar de já estar desgastado, porque países como a Coreia e o Iraque, membros do TNP, não cumpriram seus compromissos de eliminar a proliferação, o governo argentino acha importante a sua adesão, juntamente com a de outros países para "reforçar as medidas de segurança", diz o chanceler argentino, Guido Di Tella.

Respondendo a uma pergunta sobre a possibilidade de haver uma aproximação entre as políticas externas dos dois países em sua gestão, Cardoso afirmou que

"sempre que possível, sim", e lembrou que as divergências são naturais entre sócios, como entre a França e a Alemanha ou a França e a Inglaterra. "Há situações singulares no marco da integração como a nossa. Existem e vão existir em amplitude maior. As chancelarias vão estar em consulta sempre que existam diferenças para acertá-las. Não se trata de diferenças fundamentais. Trata-se de diferenças sobre como atuar em nível internacional", como nos casos da invasão do Haiti e do envio de tropas ao golfo Pérsico.

Cardoso anunciou ontem mudança na condução do processo de candidatura do Brasil à vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU, assunto que vem provocando uma colisão nas relações políticas com a Argentina, também candidata ao mesmo posto.

Quando assumir o governo, Cardoso determinará a seus assessores no Itamaraty que mantenham em "low profile" esse tema. A estratégia do novo governo é fortalecer a imagem do Brasil como um parceiro estável, confiável, por meio de medidas econômicas e sociais que pretende adotar, conforme já foi anunciado. Com a casa em ordem, o Brasil surgiria como um candidato natural a uma vaga permanente no Conselho de Segurança, raciocina o presidente eleito. "Não vi, aqui na Argentina, nenhuma disposição diferente de parte do governo Menem. Eles também têm interesse legítimo. Tenho certeza de que no momento adequado, quando houver mudança na Carta da ONU, iremos trabalhar juntos. Não será um espaço de disputa, mas de colaboração, sem que o Brasil deixe de aspirar legitimamente à vaga", comentou, anunciando, dessa forma, um esfriamento das posições que vêm sendo defendidas atualmente pelo Itamaraty na gestão do chanceler Celso Amorim.